

Assunto Re: RES: Pedido de esclarecimento-impugnação

De Marco Videro <marco.videro@tre-ba.jus.br>

Para Cristiana Lima Soares <cmlima@tre-ba.jus.br>

Cc Seção de Microinformática <semin@tre-ba.jus.br>

Data segunda-feira 29 de agosto de 2022 13:07:14

Segue sugestão de resposta ao questionamento da licitante:

Quanto aos questionamentos: "Os fabricantes envolvidos obrigam que seus parceiros sejam contratados para a prestação de serviços de implantação, sustentação e melhorias de suas soluções? Quais os prejuízos para o Tribunal caso o fornecedor não seja revenda autorizada?"

Informamos que a exigência de validação do fornecedor junto ao fabricante deve-se as experiências negativas vividas por este Tribunal em tentativas de aquisição anteriores. No caso específico do Autodesk AutoCAD, tivemos uma aquisição em 2017 (SEI 0101159-05.2017.6.05.8000), em que o fornecedor entregou a versão errada do software. O processo acabou sendo cancelado em 2018 e as unidades demandantes ficaram sem o software até hoje. Diante do exposto, entendemos, s.m.j., que a exigência da qualificação técnica minimizará o risco de fracasso do certame.

Saudações,

Marco Videro

Chefe de Seção

TRE/BA | STI/COSUP/SEMIN

(71) 99668-4648

marco.videro@tre-ba.jus.br

De: "Cristiana Lima Soares" <cmlima@tre-ba.jus.br>

Para: "Seção de Microinformática" <semin@tre-ba.jus.br>

Enviadas: Quarta-feira, 24 de agosto de 2022 16:25:54

Assunto: Fwd: RES: Pedido de esclarecimento-impugnação

Caros Colegas,

Recebidas novas alegações da empresa CYBER WAN, encaminhamos para conhecimento e manifestação.

Atenciosamente,

Cristiana Lima Soares

Pregoeira do TRE-BA

71 3373-7085

De: José <jose@cyberwan.com.br>

Para: Cristiana <cmlima@tre-ba.jus.br>; semin <semin@tre-ba.jus.br>

Data: terça-feira, 23 de agosto de 2022 às 08:30 -03

Assunto: RES: Pedido de esclarecimento-impugnação

Prezados, bom dia. A resposta a impugnação apresentada não foi objetiva, e nem mesmo se referiu ao lote citado:

Resposta 19/08/2022 12:05:11

Os fabricantes envolvidos obrigam que seus parceiros sejam contratados para a prestação de serviços de implantação, sustentação e melhorias de suas soluções? Quais os prejuízos para o Tribunal caso o fornecedor não seja revenda autorizada?" 4.3. Assim feito, a área afirmou (doc. nº 1994294): "Avaliamos a pertinência e mantivemos a exigência de comprovação da condição de revendedor autorizado do fabricante, por tratar-se de exigência do fabricante, já explicitada no Termo de Referência no item 6.1., alínea "a", disponível no endereço <https://express.adobe.com/page/vYURQgMipzyBd/> onde se observa também a vedação de participação de ME's, de onde extraímos: "A Especialização em Governo é válida apenas para a Revenda cujo CNPJ consta da Especialização em Governo. Ou seja, MEs ou quaisquer outras empresas controladas pelas Revendas Adobe Especializadas em Governo não são elegíveis a venderem para o Governo através de suas MEs ou qualquer

outra empresa." "A partir de 5 de julho, (2017) a Especialização em Governo torna-se pré-requisito para que uma revenda autorizada possa fornecer ao Governo nossos produtos em quaisquer programas de licenciamento. Qualquer negociação com esferas de governo que não seja feita por uma Revenda Autorizada Adobe e certificada na Especialização em Governo passa a ser irregular e passível de penalização." "Os critérios para a definição de clientes sujeito a Especialização em Governo estão definidos no Reseller Agreement e no Program Guide. Esclarecemos que clientes cuja compra de nossos produtos seja regida pela Lei 8.666 e pela legislação regendo compras públicas sempre estarão sujeitos à Especialização em Governo." "Todas as Revendas podem continuar a honrar contratos governamentais já existentes durante toda a sua duração, entretanto nenhum novo contrato governamental pode ser iniciado por Revendas que não tenham a Especialização em Governo após dia 05 de julho de 2017, sem exceções." "As Revendas que não tiverem a Especialização em Governo não participarão, de forma alguma, de qualquer tipo de licitação ou concorrência pública (tais como Pregões, Tomadas de Preço e Licitações em geral)." "O Distribuidor não tem autorização para passar preços para revendas não certificadas." Quanto ao software Autodesk, somente os revendedores autorizados estão aptos a comercializar os planos de assinatura de 3 anos, de maior vantajosidade para o Tribunal, bem como a nos assegurar, caso seja necessário, um suporte especializado, visto que para atender à política da fabricante precisam contar com time técnico certificado nas especializações infraestrutura, edificação e governo da Autodesk. Cabe pontuar, também, que não se trata de uma aquisição de software "de prateleira" mas sim da subscrição de assinaturas que, a princípio, será renovada pelo Tribunal nos exercícios subsequentes. Dessa forma, somente uma revenda autorizada é capaz de garantia a validade da assinatura junto ao fabricante e manter esta continuidade na prestação dos serviços sem que haja perdas para o Tribunal, a exemplo do que ocorreu com a contratação da plataforma ZOOM de forma independente, levando à perda de todas as configurações, contas e arquivos do Tribunal quando foi feita a contratação seguinte, desta vez via revenda autorizada. Concluímos, ainda, que estas exigências não caracterizam impedimento à ampla concorrência, uma vez que nos documentos 1981594 e 1981600 já figuram diversas empresas que atendem aos requisitos exigidos." 4.4. À vista dos esclarecimentos transcritos acima, esta Assessoria aquiesceu com a manutenção das exigências em pauta, afirmando, à época: "4. Com efeito, e em linha com a recomendação constante do item 4 do Parecer nº 457/2022 (doc. 1988215), uma vez confirmada pela unidade técnica a informação de que somente os revendedores autorizados dos desenvolvedores dos softwares Adobe1 e Autodesk estão aptos a comercializarem tais produtos, e inexistindo na listagem de ME/EPP anexada pela SEAQUI, extraída do SICAF (doc. 1981590), empresas parceiras desses fabricantes, impõe-se o afastamento da exclusividade de participação de ME/EPP no presente certame, sob pena de a restrição inviabilizar o próprio procedimento" (grifo atual). 5. Pois bem. Diante do cenário descrito acima, não vemos como prosperar as alegações das empresas PISONTEC COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI e CYBER WAN TECNOLOGIA LTDA, que visam excluir, do ato convocatório, as condições 10.11 e 10.12. 5.1. Conquanto, ao final, a unidade demandante (SEMIN) tenha apresentado resposta concisa (doc. nº 2049502, fls. 1), as argumentações em torno do tema, vistas ao longo do processo, inclusive para atendimento à diligência sugerida por esta unidade de assessoramento, nos convenceram da pertinência de se manter no TR, o tópico 6.1, alíneas "a" e "b", e, consequentemente, as condições 10.11 e 10.12 do ato convocatório, ressaltando, mais uma vez, que não se trata de exigência de habilitação, e sim de aceitação da proposta, a fim de atender aos ditames legais e às orientações da Corte de Contas. 5.2. Julgamos assistir razão à SEMIN quando, in casu, supõe que a "exigência de revenda autorizada mitigará o risco de inexecução da contratação". Ademais, foi registrado nos autos que há um universo considerável de empresas aptas a participar do certame, nesta condição, o que, ao menos em tese, afasta a ausência de competitividade. 6. Ante o exposto, opinamos pelo não acolhimento das Impugnações apresentadas pelas empresas PISONTEC COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI e CYBER WAN TECNOLOGIA LTDA, devendo ser mantido, em todos os seus termos, o edital do Pregão nº 44/2022, inclusive quanto à indicação do software AUTOCAD, questionada mediante doc. nº 2024547, cuja sustentação foi feita, de modo convincente, pela unidade demandante (doc. nº 2029924).

A exigência de ser revenda autorizada refere-se ao lote de licenças Adobe e não do Autocad LT. A SEMIN restringiu a repetir a resposta do esclarecimento anterior sem nenhum embasamento legal nem justificativa técnica ou jurídica que torne pertinente a exigência da carta de solidariedade. Abaixo envio licitações recentes de outros órgãos federais que não exigiram carta de solidariedade e lograram êxito na licitação, para o mesmo objeto e par ao período de 3 anos:

UNILA: <https://documentos.unila.edu.br/licitacao/4/2021>

CJF: <https://www.cjf.jus.br/cjf/transparencia-publica-1/licitacoes/pregao-eletronico/18-2020/documentos/edital>

TRE-RS: https://transparencia.tre-rs.jus.br/rails/active_storage/blobs/redirect/eyJmcmFpbHMhbnVzc2FnZSI6IkJBaHBBDW9aliwiZXhwIjpuZDVsLjCjWd_-ddb64878f9ad8271fb13f05825ab86bd8d0524b1/Pg_44-2017_-_Licencas_Autocad.pdf?disposition=attachment

TRE-PR: <https://apps.tre-pr.jus.br/internet2/sa/contratos/acompanhamento.jsp?id=1626986604972068>

TRE-PI: https://www.tre-pi.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/arquivos/2020/tre-pi-pregao-43-2020-aquisicao-software-autocad-edital/@download/file/TRE-PI-pregao-43-2020-aquisicao-licencas-software.pdf

TRE-MG: https://www.tre-mg.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/pagina-de-aquivos-2021/tre-mg-pregao-eletronico-49-2021-edital/@download/file/TRE-MG-pregao-eletronico-49-2021.pdf

Diante do exposto, será que apenas o TRE da Bahia encontrou a necessidade da carta de solidariedade do Autocad LT ? De qual local foi retirada a informação "Quanto ao software Autodesk, somente os revendedores autorizados estão aptos

a comercializar os planos de assinatura de 3 anos”?

De: Cristiana Lima Soares <cmlima@tre-ba.jus.br>
Enviada em: quinta-feira, 18 de agosto de 2022 07:41
Para: José Rodrigues Cartaxo <jose@cyberwan.com.br>
Assunto: Re: Pedido de esclarecimento-impugnação

Prezado Sr. José Rodrigues,

As considerações feitas pelo senhor na mensagem abaixo estão sendo analisadas por este TRE.

Assim, suspendemos a sessão do pregão 44/2022 que ocorreria hoje.

Atenciosamente,

Cristiana Lima Soares

Pregoeira do TRE-BA

71 3373-7085

De: José <jose@cyberwan.com.br>
Para: cmlima <cmlima@tre-ba.jus.br>; semin <semin@tre-ba.jus.br>
Data: segunda-feira, 15 de agosto de 2022 às 18:07 -03
Assunto: Pedido de esclarecimento-impugnação

Ao Sr.(a) Pregoeiro(a) do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA.

Ref: PE 442022

UASG: 70013

A CYBER WAN TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 47.247.764/0001-40, sediada na AV GOV CARLOS DE LIMA CAVALCANTI, 2821, CASA CAIADA, OLINDA – PE, CEP: 53.130-555, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr(a). José Zilmens Rodrigues Cartaxo, portador (a) da Carteira de Identidade nº 9981043 e do CPF nº 709.044.614-08, vem por meio desta solicitar ESCLARECIMENTO referente ao pregão supracitado.

No pedido de esclarecimento feito pela empresa Pisontec Comércio e Serviços em Tecnologia da Informação EIRELI, a empresa realizou o seguinte questionamento:

“A empresa Pisontec Comércio e Serviços em Tecnologia da Informação EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 12.007.998/0001-35, situada em Olinda/PE, vem, tempestivamente, SOLICITAR ESCLARECIMENTO conforme termos elencados abaixo. ... Assim, em respeito aos princípios da legalidade, da Ampla Concorrência e da Isonomia, entendemos que a exigência que o Licitante precisa ser revendedor Autodesk não deve ser mantida; ou que seja aceita apresentação de declaração do distribuidor, autorizado no Brasil dos softwares desenvolvidos pela Autodesk, de que a licitante é uma revenda autorizada, sendo, suficiente para demonstrar que tem plenas condições de fornecer o objeto da licitação, podendo comprar, vender e/ou solicitar produtos da linha Open, entre eles o Autocad.”

Em resposta ao questionamento da Pisontec Comércio e Serviços em Tecnologia da Informação EIRELI, a área técnica do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA respondeu:

“Apresentamos abaixo a justificativa da área técnica do Tribunal para a manutenção da exigência de comprovação da condição de revendedor autorizado do fabricante referente ao software Autocad: ‘Quanto ao software Autodesk, somente os revendedores autorizados estão aptos a comercializar os planos de assinatura de 3 anos, de maior vantajosidade para o Tribunal, bem como a nos assegurar, caso seja necessário, um suporte especializado, visto que para atender à política da fabricante precisam contar com time técnico certificado nas especializações infraestrutura, edificação e governo da Autodesk. Cabe pontuar, também, que não se trata de uma aquisição de software “de prateleira” mas sim da subscrição de assinaturas que, a princípio, será renovada pelo

Tribunal nos exercícios subsequentes. Dessa forma, somente uma revenda autorizada é capaz de garantir a validade da assinatura junto ao fabricante e manter esta continuidade na prestação dos serviços sem que haja perdas para o Tribunal, ..”

Tal resposta não condiz com a realidade visto que a necessidade de ser revenda autorizada Autodesk é de acordo com o produto, e não referente ao período de licenciamento.

Os produtos: AutoCAD Including Specialized Toolsets, AutoCAD LT (**SOFTWARE SOLICITADO NESTE CERTAME**), Revit LT, Revit LT Suite, São produtos da linha “**Open**” da Autodesk, e podem ser comercializados por qualquer empresa, mesmo que não seja parceiro oficial Autodesk. Mais detalhes na comunicação oficial da fabricante:

<https://blogs.autodesk.com/por-dentro-da-autodesk-brasil/2017/03/16/ingram-micro-anuncia-parceria-com-a-autodesk/>

“A Ingram Micro Brasil, subsidiária da maior distribuidora mundial de soluções e serviços de tecnologia, anuncia parceria com a Autodesk, empresa líder em softwares de design 3D e 2D.

Pelo acordo, a Ingram Micro passa a distribuir a linha **OPEN**, composta pelo AutoCAD LT, software que ajuda compartilhar e documentar desenhos 2D; AutoCAD 360 Pro, aplicativo para criação de desenhos; MudBox, software avançado de modelagem 3D com pincel de alta resolução e SketchBook, aplicativo de pintura e desenho intuitivo e pelo Fusion 360, software para modelar objetos tridimensionais.”

Os produtos: AEC collection, Revit, Civil 3D, Navisworks, entre outros produtos Autodesk, que não os citados acima, são os produtos que exigem a especialização e certificação de revenda autorizada.

Diante do exposto, entendemos que a necessidade de comprovação não encontra respaldo legal conforme vasta jurisprudência do TCU:

“Sobre a inclusão da referida exigência nos editais das licitações realizadas pela Administração Pública, o Tribunal de Contas da União (TCU) vem indicando reiteradamente que tal previsão deve se dar de forma excepcional, qual seja, **apenas quando for necessária à execução do objeto contratual (Acórdão 3018/2020 – Plenário)**”

Conforme divulgação da própria fabricante a exigência de ser parceiro autorizado não atende ao requisito de excepcionalidade do acórdão do TCU, pelo fato do objeto ser o Autocad LT. Caso, mantidas as condições atuais haverá um grave prejuízo a concorrência.

Entendemos que a exigência da ser revenda autorizada, será excluída do presente certame. Está correto nosso entendimento ?

José Rodrigues

Telefone: +55 (81) 3771-0084